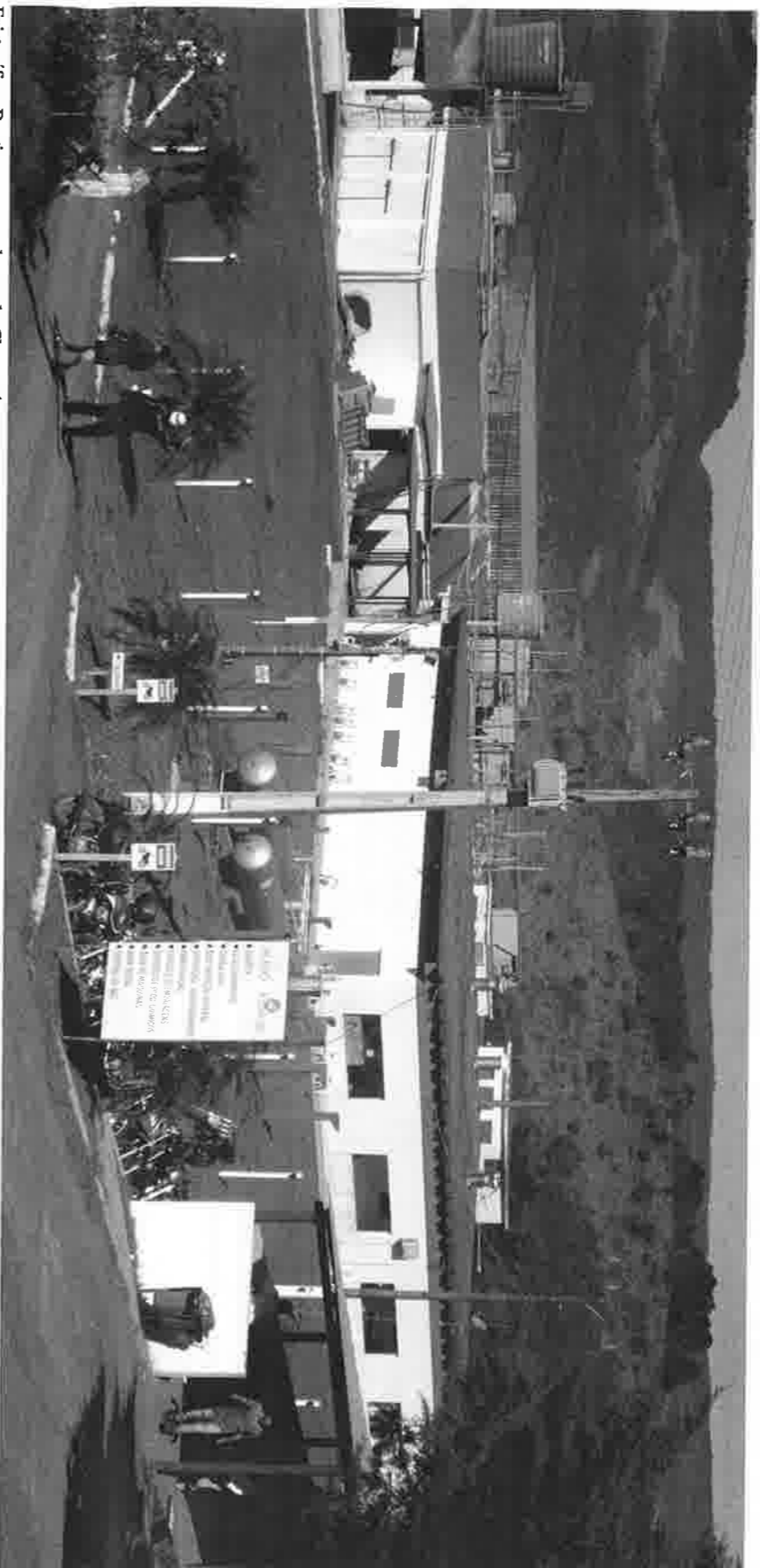


ÍNDIOS NA LINHA DE PRODUÇÃO

Frigoríficos buscam mão de obra em aldeias para trabalho com alto índice de doenças



Frigorífico Bugio nos arredores de Chapecó

Por Lilian Primi

O aumento de distúrbios mentais ligados ao trabalho atinge todos os setores da economia e já é a segunda causa de afastamento, segundo dados da Previdência Social no Brasil, perdendo apenas para doenças osteomusculares. As concessões de auxílio-doença que têm relação com o trabalho para casos de transtornos mentais cresceram 19,6% no primeiro semestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010. Em um período pouco maior, o salto é gigantesco: de 612 em 2006 para 12.337 em 2011. No caso dos frigoríficos a prevalência de quadros depressivos é mais de três vezes maior no setor de abate de aves e suínos do que o índice geral: 209,11 a cada 100 mil trabalhadores de todos os ramos da economia contra 712,92 a cada 100 mil trabalhadores no segmento. E está atingindo as populações indígenas do sul do País, que passaram a integrar os quadros funcionais dos frigoríficos de forma mais intensa a partir de 2010. A razão para que os frigoríficos contratem índios, muitas vezes de aldeias localizadas a mais de três horas da empresa, é a falta de interesse

dos trabalhadores tradicionais. “Eram os filhos dos pequenos produtores que vinham para a cidade estudar e melhorar de vida, em geral de origem alemã e italiana”, conta a advogada trabalhista da Central Sindical Popular Conlutas, Maria Aparecida Santos, ex-vereadora em Chapecó (SC) e militante na região há 27 anos. Até a primeira década deste século, as famílias conseguiam evolver: “Dava para comprar uma casinha e manter os filhos na escola”, diz Cida, como a ex-vereadora é chamada. A partir disso, no entanto, essa possibilidade não existe mais. O aumento do desgaste emocional e físico na atividade em um cenário de pleno emprego levou os grupos tradicionais a buscarem opções melhores, criando um buraco nos quadros funcionais. “Que está sendo coberto com índios, e mais recentemente, com refugiados haitianos”, conta Cida.

Para entender como é o processo de adoecimento na população indígena, historicamente abandonada pela sociedade brasileira e isolada pela pobreza, a reportagem da *Caros Amigos* visitou a aldeia caingangue Toldo Chimbangue, no

município de Chapecó, cidade berço de um dos maiores grupos empresariais do setor, a BR Foods, surgida da fusão da Sadia com a Perdigão. Segundo o médico Álvaro Roberto Crespo Merlo, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e diretor do Ambulatório de Doenças do Trabalho do Hospital das Clínicas de Porto Alegre (ADT-HCPA), a origem indígena é certamente um agravante para o desenvolvimento de doenças mentais. “São fundamentalmente muito abandonados, negados pela sociedade e com grandes dificuldades de organização”, avalia.

SOLIDÃO E MEDO

Álvaro explica que é justamente a solidão e o medo do desemprego que leva a quadros depressivos, muitas vezes com aparecimento de pensamentos suicidas. “O DNA humano não mudou. O que mudou foi a organização do trabalho, em virtude da entrada do capital”, afirma. Segundo o médico, hoje são os investidores que determinam a taxa de lucratividade do negócio e isso por si só provoca danos na saúde mental. “O profissional

de recursos humanos das empresas não sabe mais para que serve o trabalho. Acreditam que o funcionário quer apenas o dinheiro do salário, mas a busca vai muito além. As pessoas constroem a sua saúde mental a partir do olhar do outro”, diz.

Como os RHs modernos organizam novos modelos baseados na extrema competitividade, o outro passa a ser inimigo. “O quadro pré-patológico é um imenso processo de solidão”, diz o médico. Com uma experiência de 25 anos no atendimento do ambulatório, Alvaro viu de perto o resultado dessas transformações. “Recebo aqui pessoas com várias tentativas de suicídio. Elas não encontram apoio em

“SÃO FUNDAMENTALMENTE MUITO ABANDONADOS, NEGADOS PELA SOCIEDADE E COM GRANDES DIFICULDADES DE ORGANIZAÇÃO”

ninguém, nem mesmo na família, que teme o desemprego e entra em pânico”, relata. Uma pesquisa interna realizada entre 2007 e 2009 pela Perdigão

(atual BRF) junto aos trabalhadores da sua unidade em Videira (SC) encontrou índices alarmantes. A prevalência de dor causada pelo trabalho é de 68,10% no setor de aves e de 65,3% no abate de suínos; 33,1% dos trabalhadores no abate de suínos e 30% dos que estão no setor de frangos relataram dificuldades para dormir e 49,6% (frango) e 50,4% (suínos), queixam-se de tensão, estresse ou nervosismo. O dado mais dramático, no entanto, é o índice de pensamentos suicidas, que chega a 13,4% no abate de suínos e um pouco menos, 12,2%, no setor de aves.

A pesquisa – divulgada pelo site Moendo Gente – foi custurada pela empresa, como parte do pagamento de uma indenização por danos morais coletivos, e supervisionada pelos peritos do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). O resultado final apontou que um quinto do quadro funcional estava acometido de doenças. *Caros Amigos* procurou a BRF, atual proprietária da marca, para saber quais medidas foram

adotadas para alterar esse quadro. Inicialmente a assessoria de imprensa disse desconhecer o estudo. Depois de informada, comprometeu-se a encaminhar as informações, mas não deu retorno até o fechamento desta edição.

SUBMISSÃO E INGENUIDADE

A diferença de postura entre brancos e índios de que fala Alvaro fica clara na história de duas trabalhadoras de Chapecó, Rosemar Pereira Custódio e Juliana Canoia de Lima. As duas esperavam a vez de se apresentarem diante da Juíza Kismara Brustolin, da 2ª Vara do Trabalho. Bus-

cavam reparação legal para homologações irregulares. Rosemar é branca, casada com um índio caingangue, mãe de três filhos e moradora da cidade de Naoai, a primeira de-

pois da divisa com o Rio Grande do Sul. Juliana é índia caingangue de aldeia gaúcha e atualmente mora na Toldo Chimbangue. Também é casada, mãe de dois filhos.

“Fui demitida depois de adoecer. Machuquei o ombro na hora de baixar o peito (separá-lo da carcaça do frango) e nunca mais me recuperei. Tive depressão, inchaço nos braços e dores no pulso. Isso reduziu minha produção e acabei demitida”, conta Rosemar, que tem 28 anos e está grávida do quarto filho. A depressão veio junto com as dores nos braços e ombros, negligenciada pelo seu empregador, o frigorífico Bondio, recentemente comprado pela Cooperativa Aurora. “O médico enfiaxava os braços e mandava de volta para a produção. Procurei mais de uma vez o posto de saúde em Chapecó, para ao menos conseguir medicamentos contra a dor. O médico receitava analgésicos e anti-inflamatórios, mas dizia que se continuasse a trabalhar, de nada adiantaria”, conta. O atestado recomendando o

afastamento emitido pelo posto de saúde não era aceito pela Bondio, diz Rosemar.

Sua colega Juliana, a índia caingangue, também sente dores, que provocaram uma redução drástica no seu ritmo de trabalho e consequentemente, a demissão depois de três anos na mesma unidade da Bondio. Ela, no entanto, não procurou o médico, nem relatou o fato ao seu advogado, Guillianio Paludo, o mesmo de Rosemar. A percepção de que sua demissão ocorreu em virtude da queda na produção veio somente com os questionamentos da repórter. “Trabalhei três anos na bandeja e desossando coxa. Também trabalhei na limpeza. Eles me demitiram, mas não fizeram a homologação direito, por isso coloquei na Justiça”, diz. Segundo Guillianio, a ação de Juliana é para cobrança das horas *in itinere* (passadas no trajeto entre a residência e o trabalho), que são sistematicamente burladas pelas empresas com ausência do sindicato que representa a categoria em Chapecó. “Eles incluíram uma cláusula na convenção que suprime os direitos estabelecidos pelo artigo 58 da CLT, que determina o pagamento das horas de trajeto quando não há transporte público no horário em que ocorre o expediente”, explica. A cláusula enxertada na convenção foi considerada nula pela súmula 320 do Tribunal Superior do Trabalho.

Essa ingenuidade do índio mudou a postura dos supervisores, que no início tinham restrições, mas atualmente, até preferem índios, segundo um dos funcionários da Cooperativa Aurora, que representou a empresa na audiência. “Porque não reclamam, ficam ‘na deles’ e trabalham calados”, disse. Ele não se identificou. Juliana diz que não vai mais voltar para a linha de produção. “Vou ficar um pouco em casa, agora que meu marido conseguiu um emprego”, diz. Ele trabalha em uma unidade da Cooperativa Aurora.

O período do aumento nos casos de distúrbios mentais é o mesmo em que o Brasil tornou-se



Interior do ônibus que transporta índios de aldeias do Rio Grande do Sul para frigorífico de Chapecó, Santa Catarina

o maior produtor global de carne. Segundo dados de 2011 do Ministério da Indústria e Comércio brasileiro e do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), entre os anos 2000 e 2010 a receita das exportações brasileiras do segmento cresceram 696%, um aumento médio de 69,6% ao ano. Última notícia para a economia do País, porém com um custo muito alto. “A estimativa é de que hoje, cerca de 20% dos 850 mil trabalhadores do segmento estejam doentes”, afirma o procurador regional do Trabalho, Sandro Eduardo Sardá, gerente do Projeto Nacional de Adequação das Condições de Trabalho nos Frigoríficos, que acaba de aprovar a NR-36, uma regulamentação que inclui avanços importantes como a implantação de pausas de 10 minutos a cada 50 minutos. “A forma como o trabalho está organizado atualmente não leva em conta aspectos psicofisiológicos do trabalhador. Lembra aquele filme do Chaplin, de 1936 (*Tempos Modernos*). As pausas, que devem ser cumpridas fora do ambiente refrigerado, não reduzem a ocorrência de danos ortomusculares”, afirma. Mas não se sabe se irão reduzir as doenças mentais, que podem ser primárias ou em decorrência dessas lesões.

AMPUTAÇÃO

O caso mais grave no Brasil é o de Valdirene João Gonçalves da Silva, hoje com 42 anos, que trabalhou por 11 anos na unidade de processamento de frango do Seara Alimentos, de Forquilha. “O braço ficou duro. O cérebro passou a não reconhecer mais a existência desse braço e os dedos fecharam sobre a palma da mão, provocando ferimentos crônicos”, conta Célso Alves Elias, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Criciúma e Região. Os ferimentos começaram a infeccionar e Valdirene chegou a ser tratada em São Paulo para tentar fazer com que se cérebro voltasse a reconhecer o braço e conseguisse, assim, abrir os dedos. “Não deu resultado e ela preferiu amputar o braço”, conta.

Dos 850 mil trabalhadores, 120 mil estão em Santa Catarina, 7 mil deles na base do sindicato dirigido por Célso. Em Chapecó, estão mais 8 mil. “A rotatividade no setor chega a 17% ao mês e o pessoal empregado é muito novo. A idade média é de 18 anos; a máxima, 35 anos e há grande concentração de mulheres, em especial no processamento de frango”, conta o sindicalista. Características determinadas pela exigência de mercado. “Os compradores, em especial chineses, exigem cortes precisos, que não podem ser feitos pelas máquinas”, explica. As doenças ocorrem em virtude do esforço repetitivo. “Elas cortam 6 coxas por minuto e de 9 a 11 peitos por minuto e o frio e a umidade agravam a doença”, continua. O tempo de adocimento vai depender da estrutura óssea da pessoa, mas em geral, com um ano começam as dores musculares. “São três estágios: no primeiro dá para recuperar se afastando. No segundo, precisa de tratamento além de

se afastar do trabalho e, no terceiro, a lesão se torna definitiva, muitas vezes com invalidez de algum membro (um dedo paralisado, sem força nas mãos)”, explica Célso.

Nem todos, no entanto, chegam à situação de Valdirene. “A maioria sai antes de completar um ano, evitando maiores sequelas. Caso isso não ocorresse, certamente o índice de doentes seria muito maior”, conta o procurador Sandro. Tanto o procurador quanto Célso acreditam que os números apresentados pela Previdência Social estão muito aquém da realidade. “Certamente há subnotificação, pois as empresas procuram de toda forma esconder os casos. É que quanto maior a incidência de doenças na empresa, maior o índice de recolhimento de imposto para o INSS”, explica. Além disso, os peritos responsáveis por atestar a doença no trabalhador dificilmente associam distúrbios mentais ao trabalho, alegando motivos externos. “O problema é que muitos peritos são também médicos contrata-

“FUJII DEMITIDA DEPOIS DE ADOECER. MACHUQUEI O OMBRO NA HORA DE BAIXAR O PEITO (SEPARÁ-LO DA CARCAÇA DO FRANGO) E NUNCA MAIS ME RECUPEREI. TIVE DEPRESSÃO, INCHAÇO NOS BRAÇOS E DORES NO PULSO”

dos pelos frigoríficos e obviamente não vão reconhecer a doença funcional como forma de manter o duplo vínculo”, denuncia Cida. A advogada é autora de uma tese em que associa o aumento da incidência de doença no setor à financeirização da produção, o que incluiu aspectos do toyotismo e do modelo fordista/aylorista implantado inicialmente nos frigoríficos. Com esse foco, ela analisou de forma mais aprofundada os afastamentos ocorridos no segmento. “Acredita-se que para cada trabalhador desta agroindústria que consegue afastamento no INSS, dois não conseguiram afastar-se: ou foram demitidos, ou continuam laborando, mesmo doentes”, escreve Cida em seu trabalho.

ABANDONO

Idalino Fernandes, cacique da aldeia Toldo Chimbangue, diz que os índios estão completamente abandonados. “Nem a Funai, nem o Cimi, nem o sindicato nos apoia. E nas empresas, os patrões nos dão as piores tarefas e os colegas nos isolam”, conta. Ele tem dois filhos e uma nora empregados em frigoríficos. “A minha nora está de licença maternidade e foi obrigada pela empresa a trabalhar mesmo nos meses finais”, conta. Irene Antunes de Lima, a nora do cacique, trabalha no carregamento de frangos, uma atividade que exige grande força física para levantar e empurrar as caixas com frangos na esteira da desossa. “Tenho carteira assinada e tudo. No final do sétimo mês comecei a sentir contrações e muitas dores e pedi uma licença médica, mas eles negaram”, conta Irene. Ela então, faltou 24 dias até o parto, que foram descontados. “Não quero mais voltar. Queria ficar mais tempo com a minha menina e depois encontrar um trabalho com horário fixo, para poder cuidar melhor dela”, diz.

A situação de Irene expõe outro grave problema do setor, a terceirização. Ela é contratada pela Piccoli, uma espécie de gato (agenciador ilegal de mão de obra, comum nas lavouras de canal legalizado. Embora tenha carteira assinada, não tem horário definido. “Tenho de ficar à disposição da empresa 24 horas por dia. Eles podem me chamar a qualquer hora. Assim é difícil eu me organizar para cuidar da minha filha”, argumenta. Com a possibilidade de desemprego da esposa, Rodrigo Fernandes, filho de Idalino e hoje com 22 anos, adiou mais uma vez a continuidade dos estudos, abandonados na oitava série. “Não tem outra saída”, conforma-se. Mesmo com tantos indícios de irregularidades, Irene ainda não pensa em procurar a Justiça. “Eles estão vendendo lá (na empresa) se conseguem aumentar em alguns meses a minha licença e



Cleomar: mão ficou presa na máquina da triparia

enquanto isso, vou procurar outro trabalho”, diz.

Rodrigo apresenta ainda o amigo Cleomar Siqueira, de 21 anos, já com comprometimento do braço direito e há três anos à espera de uma solução justa para o seu caso. “A máquina da triparia engoliu meu braço quando tentei lavá-la”, explica. O acidente ocorreu em uma noite de domingo em que muitos trabalhadores faltaram. “Fomos transferidos da nossa seção para a triparia e ninguém ensinou direito o serviço”, justifica Rodrigo. Cleomar reclama do atendimento. “Eles me levaram para o posto de saúde de Concoráia, mais de duas horas de viagem, não sei por que. Podia ter ido para Chapecó, que é bem perto. Quando cheguei lá, fiquei até amanhecer esperando para ser atendido”, conta. E espera também uma solução para sua situação com a empresa, ainda indefinida. “Eles não me demitiram nem me afastaram. Também não pagam o salário. E não posso encontrar outro trabalho porque além de ter dificuldade de usar a mão machucada, ainda consta o registro na carteira”, diz.

CURATIVO

Os relatos de dores nos braços, falta de atendimento médico e recusa para afastamentos são repetidos por todos os índios entrevistados, mesmo quando se trata de cortes com faca. “Toda vez que um se corta, o médico do ambulatório faz um curativo e coloca para trabalhar de novo. Se o corte for na mão e não der mais para usá-la, colocam para trabalhar em tarefas que podem ser feitas com uma mão só”, conta Rodrigo. “Todas as colegas que vão para o ambulatório com queixas de dores nos braços, voltam para a linha de produção com eles enfiaçados”, diz Rosemar. Também falam de falta de pausas para descansar. “Temos dois intervalos para ir ao banheiro, o que nem sempre é possível. Eles soltam todo mundo ao mesmo tempo e não tem banheiro suficiente. Não dá tempo de todos usarem”, continua Rosemar. A nova NR-36, que estabelece um regime de pausas a cada 50 minutos, ainda está em fase de implantação. As empresas tinham 90 dias, contados de abril, para se adequarem - as empresas alegam que estão se adequando, mas os índios trabalhadores negam.

O novo Estatuto do Índio, de 1988, embora tenha dado a este grupo a condição de cidadãos, no universo do trabalho acentuou a sua invisibilidade. Como são contratados como qualquer outro trabalhador brasileiro, não há registro de quantos estejam nos frigoríficos. O sociólogo Jandir Santim, professor aposentado, estima que já sejam mais de 500 na região de Chapecó. Há notícias de contratações também no Paraná e os registros na imprensa começaram a aparecer em 2010, sempre com um foco positivo, ressaltando a melhoria no padrão de consumo dessa população. “A única

diferença é que quando um índio se envolve em ações judiciais, ganha o acompanhamento de um procurador”, explica Marcelo Goss, procurador do Trabalho que estava no Tribunal no mesmo dia da audiência de Rosemar, para acompanhar o caso de nove indígenas. Todas elas ações reversivas.

“É uma ação para reverter a demissão pedida pelo empregado para demissão sem justa causa, com pagamento de indenização”, explica. A juíza Kismara afirma que este tipo de ação vem crescendo nos últimos anos. “As empresas induzem o funcionário que começa a apresentar sinais de adoecimento a pedir demissão, para evitar maiores gastos”, conta.

O valor médio das indenizações gira em torno de R\$ 2 mil, mas não é desse pagamento que as empresas fogem. “Se for uma ação por danos físicos e morais, o valor é bem maior”, diz. A questão que mais incômoda na opinião do procurador, no entanto, é a jornada a que estão sujeitos. “Tem casos em que ultrapassa 13 horas, somando o tempo que o trabalhador passa na unidade com o que leva para chegar até lá e voltar para casa”, diz. A dificuldade é que a empresa não considera o tempo que ele passa no trajeto como jornada. “Isso está previsto claramente na lei. O limite de jornada no Brasil é de 8 horas, mais duas horas extras”, ensina.

Goss também denuncia a imposição de pedido de demissão, por parte do empregador para empregados com sinais de doença. “Numa decisão judicial o empregador fatalmente perde, mas não judicial o empregador fatalmente perde, mas ainda assim saem ganhando, pois nem todos procuram a Justiça”, argumenta. Cidadã afirma que há casos em que o índio anda 3,5 horas em um ônibus em péssimas condições para chegar, e mais 3,5 horas para ir

embora. “Só dá tempo para dormir e voltar novamente”, diz. “Tem sua vida pessoal totalmente sublimada pelo tempo em que fica à disposição da empresa, não possuindo convívio social, familiar, lazer e possibilidade de estudar”, completa Giuliano. Além disso, todos pagam uma taxa de 6%, descontada do salário, que varia de R\$ 800 a R\$ 1.070, para cobrir o custo do transporte, que deveria ser inteiramente bancado pela empresa. “O desconto é legal desde que seja para utilização de transporte público regular, que não existe em horários compatíveis com a jornada



Irene: trabalhou até a véspera do parto carregando pesadas caixas

de trabalho nos frigoríficos. É apenas uma forma das empresas mascararem o fato de que fornecem transporte exclusivo para os funcionários e terem mais uma chance de vencer a ação no TRT/SC”, explica.

O número de ações, embora muito abaixo dos casos reais, é a única forma de dimensionar o problema. O advogado Giuliano Paludo é o profissional com o maior número de clientes indígenas em Chapecó. “Tenho 55 ações contra a Bondio, 21 contra a Aurora e 14 contra Sadia BRF, somando 90 no total. A maioria envolve indígenas”, diz. O que sugere um número razoável de índios nas linhas de produção. Nem mesmo o cacique das Toldo Chimbangue sabe dizer quantos índios, dos poucos mais de 600 que vivem na aldeia, estão empregados nos frigoríficos. “Sei que só na unidade da minha filha são pelo menos 40”, diz. “Eles não têm mais onde buscar trabalhador que aceite condições tão degradantes”, diz o sociólogo Jandir.

Segundo ele, a dificuldade é tanta que reduziu-se as exigências de formação e treinamento que eram feitas anteriormente. Em determinado momento, pouco antes da melhoria na economia do País, a indústria chegou a exigir ensino médio completo, alegando que era preciso entender complicados manuais de funcionamento do maquinário. “Hoje contratam até mesmo analfabetos e colocam carros de som nas ruas chamando gente, mandam emissários para as aldeias e tentam se garantir, fazendo acordos com os caciques”, diz. Idalino, cacique da Toldo Chimbangue, conta que alguns colegas seus, líderes de outras tribos, acabam aceitando ajuda - como remessas de carne - em troca de enviarem trabalhadores. Destino que pode ser visto como a versão moderna para o histórico massacre de índios no Brasil. Com a diferença que agora são explorados no trabalho. ☺

Lilian Primi é jornalista.